

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – MDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

LIDERANÇAS – 2018

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO MDB – PT – PRB – PR – PCdoB – Avante – Pros)	
Líder	Deputado André Quintão
Vice-Líderes	Deputado Celinho do Sinttrocel Deputado Doutor Jean Freire Deputado Léo Portela

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PSD – PSB – PPS – PSC – Patri – Pode – PTC – DC)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Anselmo José Domingos Deputado Antonio Lerin Deputado Emidinho Madeira Deputado Fabiano Tolentino Deputado Fred Costa

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PDT – PP – PTB – DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Tadeu Martins Leite

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cristiano Silveira Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Gustavo Santana

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	MDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	Pode – BCMG	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cabo Júlio	MDB – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	DC – BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Tadeu Martins Leite	MDB – BMM	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
	BVC	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Isauro Calais	MDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bosco	Avante – BMM	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	Presidente
Deputado Fred Costa	Patri – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Iran Barbosa	MDB – BMM	
Deputado Elismar Prado	Pros – BMM	
	BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputada Celise Laviola	MDB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMM	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Isauro Calais	MDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	MDB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Tadeu Martins Leite	MDB – BMM	
Deputado Fábio Cherem	PDT – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BVC	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	Avante – BMM	Presidente
Deputado Elismar Prado	Pros – BMM	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
	BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Thiago Cota	MDB – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BCMG	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	Presidente
Deputado Douglas Melo	MDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	MDB – BMM	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Ivair Nogueira	MDB – BMM	
Deputado Isauro Calais	MDB – BMM	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Elismar Prado	Pros – BMM	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões Ordinárias:

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Arlete Magalhães	DC – BCMG	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		

Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG
Deputada Celise Laviola	MDB – BMM
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	
Deputada Celise Laviola	MDB – BMM	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	MDB – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputada Celise Laviola	MDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
	BMM	
	BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Cabo Júlio	MDB – BMM	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Celise Laviola	MDB – BMM	Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	MDB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	Pode – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	MDB – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	DC – BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	Presidente
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	

Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC
Deputado Douglas Melo	MDB – BMM
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	MDB – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC	
Deputado João Magalhães	MDB – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	Presidente
Deputado Thiago Cota	MDB – BMM	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		

Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG
Deputado Iran Barbosa	MDB – BMM
Deputado Ivair Nogueira	MDB – BMM
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC
	BMM

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Bosco	Avante – BMM	Vice-Presidente
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMM	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	MDB – BMM	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	Patri – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BCMG	
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Bosco	Avante – BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
	BMM	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Léo Portela	PR – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
	BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Fábio Cherem	PDT – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
	BMM	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	MDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

Deputado Ricardo Faria	PCdoB – BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BCMG
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG
Deputado Léo Portela	PR – BMM
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC
	BMM

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BVC	Presidente
Deputado Iran Barbosa	MDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Magalhães	MDB – BMM	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMM	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
	BMM	

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
	BVC	
	BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB - BVC	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	

Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG
---------------------------	------------

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fábio Cherem	PDT – BVC	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
Deputado João Magalhães	MDB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
	BMM	Vice-Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	MDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	MDB – BMM	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	

Ouvidor-Geral: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO

- 1 – ATAS
 - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 5 – PRONUNCIAMENTOS
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 7 – ERRATA



ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11/2015, EM 17/3/2015

Às 9h49min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Inácio Franco e Bonifácio Mourão, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Agostinho Patrus Filho. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bonifácio Mourão, declara aberta a reunião. A presidência informa que não há ata a ser lida por tratar-se da primeira reunião da comissão e que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Abertos os trabalhos, são recebidos os registros de candidaturas do deputado Cássio Soares para o cargo de presidente e do deputado Inácio Franco para o cargo de vice-presidente. Após votação nominal, são eleitos, por unanimidade, os deputados Cássio Soares para presidente e Inácio Franco para vice-presidente. O deputado Bonifácio Mourão, presidente *ad hoc*, dá posse ao presidente eleito que, em seguida, dá posse ao vice-presidente eleito. É designado como relator da matéria o deputado Elismar Prado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2017.

Cássio Soares, presidente.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/8/2015

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Inácio Franco, Nozinho e Rogério Correia, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Antônio Carlos Arantes e Roberto Andrade. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Nozinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação da piscicultura no Estado, bem como os entraves ambientais e sanitários para sua regularização e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 921/2015, no 1º turno (Inácio Franco), e 1.527/2015, em turno único (Rogério Correia). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Ana Carolina Castro Euler, diretora de Aquicultura e Pesca da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando o secretário; Júnia Mafra, fiscal agropecuário do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, representando o diretor-geral; Neide Mateus Rodrigues, assessora técnica da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, representando o presidente; Vanessa de Oliveira

Gaudereto, superintendente federal da Pesca e Aquicultura em Minas Gerais; e os Srs. Thalles Minguta de Carvalho, analista ambiental da Supram, representando o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Alex Douglas Demier, chefe da Unidade de Desenvolvimento Territorial da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf –, representando o superintendente regional; Wallisson Lara Fonseca, assessor técnico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg –, representando o presidente; José Eduardo Aracena Rasguido, coordenador técnico regional de Sete Lagoas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater –, representando o presidente; Valtin Quintino da Rocha, presidente da Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado de Minas Gerais – Três Marias; Leonardo Romano, coordenador da Câmara Técnica Setorial da Aquicultura da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Paulo Cezar Vilela Bahia, presidente da Associação dos Aquicultores de Patrocínio do Muriaé e Barão do Monte Alto – Aaquipam –, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavras aos demais deputados presentes. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.861/2015, dos deputados Inácio Franco, Fabiano Tolentino, Antônio Carlos Arantes e Dilzon Melo, em que requerem seja realizada visita técnica conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, com vistas a discutir a regulamentação para obtenção de autorização ambiental para reservação das águas pluviais;

nº 2.865/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja realizada visita ao projeto Faunativa, de criação de animais silvestres, da Fazenda Engenho D'Água, no Distrito de Glaura, Município de Ouro Preto;

nº 2.868/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizado debate público conjunto com as Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Minas e Energia, para discutir os impactos, desafios e perspectivas para construção do gasoduto em Uberaba, que viabilizará a implantação de uma fábrica de amônia;

nº 2.871/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a situação da cadeia produtiva da apicultura no Estado;

nº 2.873/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do uso de agrotóxicos na saúde pública, meio ambiente e consumidor;

nº 2.874/2015, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater as dificuldades encontradas pelos agricultores de Bonfim que fornecem leite para a empresa BF Alimentos Ltda. – Leite Mumilk;

nº 2.875/2015, dos deputados Fabiano Tolentino e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada audiência pública, em Três Marias, para debater a atividade de aquicultura no Lago de Três Marias;

nº 2.876/2015, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja realizada visita técnica conjunta com a Comissão de Educação Ciência e Tecnologia, no Município Viçosa, para conhecer os avanços ligados a tecnologia e inovação na produção do doce de leite produzido pela Universidade Federal de Viçosa e eleito o melhor doce de leite do Brasil na 41ª Edição do Concurso Nacional de Produtos Lácteos;

nº 2.877/2015, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja realizada visita técnica conjunta com a Comissão de Educação Ciência e Tecnologia, no Município de Presidente Bernardes, para conhecer os avanços ligados a tecnologia e inovação na produção do requeijão cremoso, produzido pela Paladar de Minas e eleito o melhor requeijão do Brasil na 41ª Edição do Concurso Nacional de Produtos Lácteos;

nº 2.878/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja realizada audiência pública, em Muriaé, para debater a atividade de piscicultura ornamental no município e seu entorno;

nº 2.879/2015, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação Ciência e Tecnologia, na Universidade Federal de Viçosa, para debater os avanços nos estudos ligados a tecnologia e inovação na produção de produtos laticínios no Estado e para a apresentação dos ganhadores mineiros da 41ª edição do Concurso Nacional de Produtos Lácteos realizado durante o Minas Láctea 2015;

nº 2.880/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja realizada audiência pública, em Capitólio, para debater a atividade de aquicultura no Lago de Furnas;

nº 2.881/2015, dos deputados Fabiano Tolentino e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a situação do Cadastro Ambiental Rural – CAR – no Estado, os sistemas de informática necessários ao cadastramento, o apoio público aos produtores rurais obrigados à inscrição no referido cadastro e as estratégias para o cumprimento do prazo legal para o cadastro;

nº 2.882/2015, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja realizada visita técnica conjunta com a Comissão de Educação Ciência e Tecnologia, no Município de Rio Pomba, para conhecer os avanços ligados a tecnologia e inovação na produção do queijo minas padrão, produzido pela empresa Lumen Comércio e Indústria Alimentícia, marca Boreal, e eleito o melhor queijo minas padrão do Brasil na 41ª Edição do Concurso Nacional de Produtos Lácteos;

nº 2.883/2015, dos deputados Fabiano Tolentino e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que sejam suspensas as autuações de piscicultores em função da ausência de outorga de águas da União, uma vez que as dificuldades de obtenção desse ato autorizativo se encontram nos trâmites internos da Agência Nacional de Águas – ANA;

nº 2.884/2015, dos deputados Fabiano Tolentino e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao Ministério de Pesca e Aquicultura pedido de providências para que sejam revistos os procedimentos de concessão de áreas de produção nos parques aquícolas no Estado e a estratégia de manter sob controle do referido ministério a capacidade de suporte de produção pesqueira das represas em que estão esses parques, haja vista haver demanda não atendida de empreendedores privados;

nº 2.885/2015, dos deputados Fabiano Tolentino e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que sejam atualizadas as normas infralegais relativas à regularização ambiental da piscicultura, em especial as editadas pelo Instituto Estadual de Florestas, por estarem impedindo a regularização de produtores de pescado em tanque-rede;

nº 2.886/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a cadeia produtiva da fruticultura no Estado;

nº 2.887/2015, dos deputados Fabiano Tolentino e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que seja instituída força-tarefa do Sistema Estadual do Meio Ambiente – Sisema – e outros órgãos relacionados à piscicultura, com vistas a promover a regularidade ambiental da atividade em modelo de busca ativa, deslocando a equipe pelas regiões produtivas de pescado de Minas Gerais;

nº 2.888/2015, dos deputados Fabiano Tolentino e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao Banco do Brasil pedido de informações sobre a situação da dívida dos piscicultores que acessaram recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – para a instalação de tanques-rede no Estado, a exemplo dos produtores de Carmo do Rio Claro, que tiveram suas atividades produtivas encerradas por falta de regularização ambiental;

nº 2.889/2015, dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Wander Borges, Antônio Carlos Arantes e Dirceu Ribeiro, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, no Município de Visconde de Rio Branco, para discutir assuntos relativos à cadeia produtiva do leite da região;

nº 2.890/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Educação, Ciência e Tecnologia para debater a situação da pesquisa em Minas Gerais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente – Nozinho – Inácio Franco.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/9/2018

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a proibição contida no Ofício-Circular nº 3.309/2018, da Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais, entre outros regramentos, de os policiais militares do Estado estacionarem seus veículos particulares dentro das unidades da PMMG, caso tenham propaganda eleitoral neles afixada, em flagrante desrespeito aos direitos constitucionalmente assegurados de propriedade, de ir e vir e de liberdade de manifestação do pensamento. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Luiz Carlos, encaminhando, por meio do portal Fale com as Comissões, denúncia relativa à escala dos policiais militares lotados na 11ª RPM, os quais são obrigados a ficar de sobreaviso nos destacamentos, extrapolando o horário de trabalho; e ofícios da Sra. Isa Marilda Nascimento Costa, encaminhando, por meio de seu advogado, denúncias referentes à Lei Maria da Penha, e do Srs. Moacir Martins da Costa Júnior, prefeito municipal de Ribeirão das Neves, encaminhando pedido para que esta Comissão não permita a transferência de 1.300 presos de alta periculosidade para a Penitenciária Martinho Drumond. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Bruno Ferreira Costa (5), subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (1º/9/2018), e ofício da Sra. Celine Salles Migdalski, diretora de secretaria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Seção Judiciária do Paraná – da 12ª Vara Federal de Curitiba (5/9/2018). Diante da ausência do convocado, o deputado deixa de entrar na 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Marília Campos.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 17/10/2018****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 24.019, que dispõe sobre o acesso a dados de vítimas, testemunhas e de agentes de segurança pública constantes de registros de evento de defesa social – Reds. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.020, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 24.022, que institui a política estadual de incentivo e apoio à construção de cisternas nas zonas rurais do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.026, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.035, que altera a Lei nº 22.914, de 12 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.828/2017, do deputado Antônio Jorge, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão aos filhos de pessoas com hanseníase. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.000/2018, do governador do Estado, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Pesquisa e Ensino em Políticas Públicas do Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui

pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 17/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.029/2017, do deputado Rogério Correia.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.648/2015, da deputada Arlete Magalhães.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 216/2015, dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.214/2018, do deputado Fred Costa.

Requerimentos nºs 11.318, 11.514 e 11.516/2018 da Comissão de Participação Popular; 11.447/2018, do deputado Antônio Jorge; 11.459/2018, do deputado Sávio Souza Cruz; 11.552/2018, do deputado Missionário Marcio Santiago; e 11.553/2018, da Comissão de Administração Pública.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 17/10/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 24/2015, do deputado Sargento Rodrigues.

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.203/2018, da deputada Marília Campos.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 781/2015, do deputado Cabo Júlio; 1.242/2015, do deputado Duarte Bechir; 3.058/2015, do deputado Fábio Cherem; 3.283/2016, do deputado Professor Neivaldo; 3.792 e 3.830/2016, do deputado Gilberto Abramo; 3.997/2017, do deputado Tadeu Martins Leite; 4.386, 4.387, 4.425, 4.600 e 4.652/2017, do deputado Gilberto Abramo; 4.949/2018, do deputado Carlos Henrique; 5.022 e 5.144/2018, do deputado Gilberto Abramo; 5.182/2018, do deputado Ivair Nogueira; 5.190/2018, do deputado João Leite; e 5.280/2018, do deputado Paulo Guedes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.782/2016, do deputado Léo Portela; 5.043/2018, do deputado Paulo Guedes; 5.118/2018, do deputado Ulysses Gomes; 5.224/2018, do deputado Agostinho Patrus Filho; 5.318/2018, do deputado Inácio Franco; e 5.364 e 5.366/2018, do governador do Estado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 17/10/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 11.519 e 11.524/2018, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/10/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 563/2015, da deputada Rosângela Reis; 3.893/2016 e 4.821/2017, do deputado João Magalhães; 3.968/2016, do deputado Rogério Correia; e 4.856/2017, do deputado Adalclever Lopes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 11.369, 11.371 e 11.373/2018, da Comissão de Segurança Pública; 11.449/2018, do deputado Roberto Andrade; e 11.506/2018, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 17/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 17/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 17/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 11.249/2018, da Comissão de Saúde.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 17/10/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 11.310/2018, do deputado Gil Pereira; 11.329, 11.377, 11.419, 11.446, 11.458, 11.478 e 11.490/2018, do deputado Léo Portela; 11.450 e 11.533/2018, da deputada Ione Pinheiro; e 11.557/2018, do deputado João Vítor Xavier.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e o deputado Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/10/2018, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2018.

Cristiano Silveira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Mulheres**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira, Celise Laviola e Rosângela Reis e o deputado Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/10/2018, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar o relatório final das atividades da comissão e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2018.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Anselmo José Domingos, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Santana e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/10/2018, às 14h20min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos n°s 11.479 a 11.483, e 11.545 a 11.551/2018, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2018.

Fábio Cherem, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.067/2017****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Tito Torres, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação da Rua para o Futuro, com sede no Município de Itabira, e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.067/2017 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação da Rua para o Futuro, com sede no Município de Itabira, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo o desenvolvimento de trabalhos sociais e culturais com crianças e adolescentes.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover a consciência social solidária, o voluntariado e a democracia.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação da Rua para o Futuro, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.067/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2018.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.164/2017**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Ouro Fino, com sede no Município de Ouro Fino, e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.164/2017 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Ouro Fino, com sede no Município de Ouro Fino, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a contratação de serviços em condições e preços convenientes para seus associados.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover diversos tipos de assistência aos associados.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela referida associação, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.164/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2018.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.891/2017

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Cristiano Silveira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Casa de Repouso Heitor Horácio Dornelas, com sede no Município de Rio Espera.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.891/2017 pretende declarar de utilidade pública a Casa de Repouso Heitor Horácio Dornelas, com sede no Município de Rio Espera, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a prática da solidariedade e a promoção da qualidade de vida das pessoas idosas.

Com esse propósito, a instituição mantém um estabelecimento dedicado às pessoas idosas; e proporciona aos institucionalizados assistência material, moral, intelectual e social.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Casa de Repouso Heitor Horácio Dornelas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.891/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2018.

Coronel Piccinini, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.166/2018

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Ivair Nogueira, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a União Allan Kardec Lar dos Idosos, com sede no Município de Monte Carmelo.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.166/2018 tem por finalidade declarar de utilidade pública a União Allan Kardec Lar dos Idosos, com sede no Município de Monte Carmelo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a prática da assistência social para idosos em situação de vulnerabilidade.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, manter estabelecimento destinado a abrigar idosos; e promover sua saúde física e mental.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela União Allan Kardec Lar dos Idosos, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.166/2018, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2018.

Coronel Piccinini, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.246/2018

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Centro Educacional de Artes, Esportes e Cultura para Crianças e Adolescentes, com sede no Município de Uberlândia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.246/2018 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Centro Educacional de Artes, Esportes e Cultura para Crianças e Adolescentes, com sede no Município de Uberlândia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo desenvolver ações em prol de crianças e adolescentes.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, formular políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes; fomentar o voluntariado; e promover a educação, a saúde, a cultura e o esporte.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Centro Educacional de Artes, Esportes e Cultura para Crianças e Adolescentes, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.246/2018, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 28 de agosto 2018.

Coronel Piccinini, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.262/2018

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Paulo Guedes, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Poção, com sede no Município de Capitão Enéas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.262/2018 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Poção, com sede no Município de Capitão Enéas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover o desenvolvimento da comunidade.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, realizar obras e ações de intervenção na comunidade; apoiar a comercialização de produtos *in natura* e processados; promover ações assistenciais; e desenvolver atividades econômicas e culturais.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária Rural de Poção, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.262/2018, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 28 de agosto 2018.

Coronel Piccinini, relator.

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/10/2018**

O deputado Arlen Santiago* – Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, vimos aqui, logo após as eleições, primeiramente para fazer uma análise do que aconteceu nessas eleições de 2018. Primeiramente queremos agradecer muito à população, que acreditou no nosso trabalho e que me deu mais de 82 mil votos. Temos aí a convicção de que essas pessoas realmente nos conhecem, de trabalho, de nos ver em seus municípios.

Como médico, tenho lutado pela saúde pública, que, infelizmente, está um caos. Por exemplo, há quase 15 anos a consulta médica está em torno de R\$10,00. Parece que o atual presidente da República deu um aumento, passou de R\$10,00 para R\$11,00. Quando a consulta era R\$10,00, o salário mínimo era R\$100,00. E aí o que temos hoje? Há alguém que trabalhe por um salário mínimo de R\$100,00? Isso seria escravidão. Porém a classe médica continua a atender, e os prefeitos e os hospitais continuam a receber R\$10,00, ou agora R\$11,00, por uma consulta. A maioria dos procedimentos do SUS não foi reajustada, e estamos com este caos muito grande. Além disso, o governo do Estado também ficou sem repassar para as prefeituras e para os hospitais os recursos da atenção básica, além do dinheiro do Ipsemg que é arrecadado das professoras, e que não é repassado para quem prestou o serviço.

Então, com relação a essa questão da saúde, nós estamos no fundo do poço, no caos do caos. Recebi hoje um telefonema do presidente da Associação Médica Brasileira, Dr. Lincoln, grande parceiro aqui da Assembleia Legislativa, da Comissão de Saúde, e também um parceiro para tentar organizar a questão da saúde pública. Mas é este caos! E nós continuamos atendendo como médico, e como deputado temos feito o relacionamento com nossos senadores Aécio e Anastasia e também com nossos deputados federais. E os hospitais só estão de pé até hoje exatamente porque estamos tendo emendas federais que têm ajudado.

Vimos aí nessa questão que o candidato à Presidência da República, o Bolsonaro, o mais votado nesse primeiro turno, foi esfaqueado lá em Juiz de Fora e atendido em um hospital do SUS, onde sua vida foi salva. Na ocasião, os três médicos – o cirurgião, o anestesista e o médico que auxiliou na cirurgia e que salvou a vida, talvez, até do futuro presidente da República do Brasil – vão receber, daqui a quatro meses, R\$360,00, divididos entre eles. O hospital vai receber R\$1.090,00 daqui a quatro meses, sendo que o antibiótico e o material de anestesia já consumiram esse valor. Quer dizer, o candidato à Presidência da República, possível e provável futuro presidente, foi operado em um hospital do SUS, só que o que o hospital recebe para salvar a vida de qualquer pessoa não dá para pagar o custo do procedimento. Vejam o tamanho do problema que estamos tendo.

Quero agradecer muito a todas as cidades importantes, como Montes Claros, que nos deu uma votação muito boa; Várzea da Palma, que aumentou bastante a nossa votação; e outras cidades, como a nossa querida Salinas, onde cinco vereadores estiveram ladeando a nossa proposta, que realmente veio para atender a nossa cidade. Uma proposta que levou as quadras poliesportivas para escolas como a Idalino Ribeiro e a Elídio Duque. Uma quantidade enorme de calçamentos foi colocada e viabilizada por nós, através do senador Aécio e, principalmente, do governador Anastasia.

Também tivemos um grande parceiro lá em Salinas, o deputado Toninho Pinheiro, que conseguiu em Brasília o credenciamento da UPA. Só agora, nesses quatro anos deste atual mandato da prefeitura, vai levar R\$8.400.000,00, assim também como a liberação dos recursos que foram utilizados pela prefeitura para reformar a maternidade e mais R\$490.000,00 de emendas do

deputado Toninho Pinheiro viabilizadas também pelo seu filho, o Pinheirinho, nosso parceiro naquela cidade. Então, são muitas obras, principalmente de atendimento à saúde. Um caminhão-pipa já está na prefeitura para matar a sede de algumas pessoas, também um trator está no pátio da prefeitura e deverá ser entregue na região de Nova Fátima, atendendo a pedido da nossa querida vereadora Tazinha.

Quero agradecer a todos lá de Salinas, que me deram uma votação muito grande, apesar da covardia da facada nas costas do deputado Toninho Pinheiro. Foi pedido tanto a ele para ajudar o terreno do Dnocs, que não sairia para poder colocar o Corpo de Bombeiros. Apesar dessa covardia muito grande, a população, mais os cinco vereadores, os presidentes e vários amigos estiveram lá também. Também registramos que fomos votados em 121 cidades. Fica aí um gesto de gratidão e de carinho das pessoas dessas cidades por acharem que o nosso trabalho é importante para continuar aqui na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O modelo do atual governo que está aqui e que prejudicou muito os municípios e os hospitais; o modelo que não paga o salário das professoras em dia, que parcela, que não paga às aposentadas, que retira o dinheiro do consignado dessas pessoas, infelizmente, faliu. Tanto que o governador, que foi candidato e que falava que nada disso acontecia em nosso Estado – parece que estava vivendo em outro Estado –, acabou sendo derrotado. É muito interessante, porque, há poucos minutos, eu lia algumas mensagens que o governador mandou para cá. Uma dessas mensagens até, querido povo de São Francisco, de Pintópolis, de Urucuaia – agradeço muito ao povo dessas cidades, ao Prof. Antônio e a tantos outros companheiros – é para dar nome à ponte sobre o Rio São Francisco, em São Francisco. Queria convidar qualquer pessoa do Brasil a passar por essa ponte. Ela foi prometida no início do governo, e foram licitados o projeto e a obra. Aí alguém entra contra, e a desculpa é sempre a mesma: “Mas o governador manda o projeto para a Assembleia”. Parece que não tem dó da população, infelizmente. Manda papel tramitar, manda projeto para tomar tempo dos deputados, dando nome, deputado João Leite, a uma ponte que não existe, que ele não fez. O governador passou para a história de Minas Gerais como o único governador que não fez nem uma estrada asfaltada no Norte e no Noroeste de Minas. Essa situação é muito complicada.

Temos que analisar muito a questão da eleição. Realmente a população mandou um grande recado: quer um novo modelo de governo. Tanto que o Bolsonaro ficou, no 1º turno, em primeiro lugar, porque ele se coloca como a antítese do que foi feito no governo nesse período que estamos finalizando em Minas Gerais e que provavelmente também será finalizado no Brasil.

Fico impressionado porque, em nossos debates, o importante é se tem *kit gay* para crianças com 6 anos de idade ou com 10 anos de idade, é se o feminismo está mais forte do que outra situação. Enquanto isso, o problema do povo brasileiro é o desemprego enorme que a presidenta Dilma deixou no Brasil. São mais de 20 milhões de desempregados. Tanto que ela, moradora do Rio Grande do Sul ou de Brasília, veio para Minas Gerais e transferiu seu título para tentar um lugar como senadora. Felizmente, o povo de Minas Gerais, que não conhece essa senhora... Felizmente essa senhora, que no governo não quis fazer a BR-381, não quis fazer as barragens em Minas Gerais, não quis fazer metrô em Belo Horizonte, que não fez obras no Estado, agora volta para o lugar dela a fim de usufruir da aposentadoria como presidente da República. Ela vai poder usar as inúmeras pessoas que estão à disposição dela, até para viajar pelo mundo e falar mal do nosso país. Quem se posicionou contra esse modelo foi para o segundo turno.

Estamos vendo a grande dificuldade que foi essa campanha. Foi muita fala para não se votar em ninguém, para não se votar nas pessoas que já estavam aí. Agora, por exemplo, vemos qual modelo tem que ser discutido. Qual é o modelo? O modelo da certeza, da retidão, de como foi, por exemplo, o governo passado, o do Anastasia, que pagava os salários em dia, que cumpria com as obrigações com todos os Poderes, principalmente com o funcionalismo, que fazia obras nas estradas e nas barragens, que tentava atrair os empresários para gerar emprego em Minas Gerais; ou o modelo que foi colocado no Estado e que já foi rejeitado?

Então nós temos de aliar a criatividade à inovação, mas também temos de olhar a questão da gestão, da responsabilidade, da simplicidade na gestão. O povo mineiro há de avaliar essa situação. Quanto às bravatas, “eu faço isso”, mas não sabem de onde

tiram o dinheiro, “eu vou cortar aquilo”, já vimos muito. E vimos, deputado Sargento Rodrigues, com o Collor de Mello, que falou tantas bravatas. Disse que o Brasil ia cair em um lugar, que ia ser assim, e nós vimos no que deu, infelizmente.

Então, meus amigos, além de agradecer muito a grande votação que obtive, assim como os nossos parceiros do Norte de Minas, que foram candidatos ao Senado: Rodrigo Pacheco e Carlos Viana. Eles foram eleitos pela grande maioria dos mineiros. Escolheram duas pessoas de bem, com história, com passado, com presente e, com certeza, com grande futuro para atuar no Senado Federal, em honra e glória do povo da nossa querida Minas Gerais.

Agradeço este espaço, senhores telespectadores, senhores deputados aqui presentes, e vamos pensar muito no que vamos querer para o Brasil e para Minas Gerais. Eu sei o que quero para Minas Gerais: quero simplicidade, quero as coisas bem organizadas. Não estou a fim de ouvir bravatas nem ver o que poderá acontecer no futuro. Muito obrigado a todos os mineiros que me deram a honra de, em 1º de fevereiro, poder voltar e estar nesta trincheira para defender Minas Gerais, o seu povo e, principalmente, a saúde.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputado Ulysses Gomes, Srs. Deputados presentes, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos e cidadãs de Minas Gerais que acompanham esta reunião da Assembleia Legislativa. Inicialmente, concedo aparte ao meu querido irmão deputado Leandro Genaro.

O deputado Leandro Genaro (em aparte)* – Primeiramente, nobre colega João Leite, quero parabenizá-lo por mais uma vez ter sido conduzido a esta Casa. V. Exa. é uma referência para nós, um professor, e fico feliz de ter um irmão em Cristo, um servo de Deus, mais uma vez, quatro anos aqui juntos.

Quero rapidamente dirigir-me, primeiro a Deus, depois à minha Igreja do Evangelho Quadrangular, aos meus líderes, ao pastor Antônio Genaro, que foi deputado nesta Casa por sete mandatos, ao pastor Mário de Oliveira, e dizer muito obrigado a todos que nos confiaram mais esse mandato. 98.717 votos. Muito obrigado. Vamos trabalhar, continuar aqui defendendo a família, lutando pelos valores cristãos, e as coisas vão melhorar nesse Brasil, se Deus quiser. Bolsonaro neles!

O deputado João Leite* – Muito obrigado, deputado Leandro. Queria saudar todos os deputados, parabenizar por essa campanha. Em Minas Gerais, a campanha é sempre desafiadora, esse estado continental no qual nós vivemos. Passar a campanha sem nenhum acidente nas estradas, sem nenhuma dificuldade já é um feito, dada a situação geográfica e o tamanho do nosso estado.

Queria muito agradecer à população de Minas Gerais, que me honra com mais uma oportunidade de representá-la aqui no Parlamento mineiro, na Assembleia Legislativa, onde já vou exercer meu sétimo mandato. Muito obrigado pelos votos e pelo carinho que recebi em tantos lugares por onde passei. Sou votado em muitos municípios. Agradeço todo tipo de manifestação, entre elas a daqueles mineiros que estão acompanhando a Comissão de Ferrovias. Todos estão torcendo muito e entusiasmados com a possibilidade da volta do trem em Minas Gerais.

Agradeço o apoio, as palavras de incentivo não apenas a mim, mas à Assembleia Legislativa, aos membros da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. Agradeço, também, as manifestações em relação ao nosso trabalho em defesa do consumidor aqui na Assembleia Legislativa, bem como ao nosso papel na CPI que tratou da telefonia aqui nesta Casa. Agradecemos também as manifestações relativas ao nosso trabalho na Comissão de Segurança Pública, oportunidade em que visitamos todo o Estado e lutamos por mais segurança para a nossa população. Minas Gerais, muito obrigado pela honra de ser um parlamentar de Minas Gerais, de representar essa população, de obter voto praticamente em todas as regiões do Estado. Queria também deixar registradas aqui algumas impressões desse pleito, do momento em que estamos vivendo, que, sem dúvida, nos preocupa. Deputados Antonio Carlos Arantes e Gustavo Valadares, na próxima legislatura estarão representados na Assembleia Legislativa 28 partidos políticos. O deputado Valadares sempre faz as contas para mim. Ele fez hoje as contas com muito cuidado e observou que haverá 28 partidos aqui representados. Se contarmos isso na Alemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na França ou em Israel ninguém acreditará. Os países avançados têm dois partidos. Há 28 partidos políticos só na Assembleia Legislativa e 35 no Brasil. Cada vez que acontece

alguma coisa no país inaugura-se um novo partido político, como se isso pudesse mudar alguma coisa. Vemos que, infelizmente, nada muda. Temos aí outro grande número de partidos aguardando reconhecimento pelo TSE.

Vejam a situação que teremos nesta Casa. Os entendimentos terão de ser buscados com 28 líderes partidários. Isso é coisa de doido! Ninguém entende isso no mundo democrático. Como um parlamento, Prof. Sabino, conviverá com 28 partidos políticos? Além disso, vemos a candidatura de um partido que se diz novo. Nunca vi uma coisa tão antiga. As propostas do candidato do Partido Novo, do Sr. Zema, é algo de arrepiar. A primeira coisa que ele quer fazer é fatar a Cemig. Sr. Zema, a Cemig pertence ao povo de Minas Gerais. Ela, Sr. Zema, está prevista na Constituição do Estado de Minas Gerais. A sua proposta é inconstitucional. É preciso alguém dizer isso a ele. Depois ele fala em taxar igrejas. Sou membro de uma, bem como o deputado Carlos Henrique. Da mesma forma, o Valadares, que é da Igreja Católica. Pagamos o nosso imposto na fonte no percentual de 27,5%, Sr. Zema. Damos o dízimo e a oferta na nossa igreja. A minha cuida de 150 crianças no Morro do Papagaio. Damos o dinheiro, isso depois de pagar o Imposto de Renda. Colocamos o dinheiro lá. O senhor quer tributar duas vezes a pessoa que deu dinheiro à igreja e que já pagou Imposto de Renda?

Queria avisar ao senhor também: isso é inconstitucional. A Constituição é clara: igreja não é tributável. Por quê? Porque o membro que deu dinheiro para a Igreja Católica, Batista, Metodista, Presbiteriana e Universal já foi tributado. É por isso. O senhor não entende, mas vamos explicar. Estamos vendo em Minas Gerais um candidato cujas propostas ferem a Constituição da República, a Constituição Mineira. É algo assim. Isso é impressionante. Ele foi ao cartório para carimbar que não vai receber salário e que os secretários de Estado também não. Sr. Zema, olhe o art. 37 da Constituição Federal. Isso é inconstitucional. O senhor não pode misturar o privado com o público. Por quê? Quem o senhor vai colocar de secretário? Um diretor da sua empresa? Um diretor do seu posto de gasolina? Quem vai ser? Vai receber de quem? O Estado não pode se misturar com o privado. O Estado é separado do privado. Por que o Estado tem de pagar ao servidor do Estado? Porque o servidor do Estado não vai ter relação com o privado. Não pode beneficiar o privado. Ele tem fé pública. Ele está diferenciado da outra relação.

Também gostaria de dizer que o senhor está cometendo outra inconstitucionalidade. O senhor não passa na Comissão de Constituição e Justiça, da Assembleia Legislativa. O senhor está dizendo que vai mudar a Previdência. Prof. Sabino, depois você tem de me dar uma aula, pois desaprendi tudo. Tenho de voltar ao banco de escola para o Prof. Sabino Fleury me ensinar novamente. E quem entrar no Estado, a partir de agora, vai ser celetista. Perdeu a fé pública. É uma aberração uma coisa dessas! Ele ainda está propondo que os servidores do Estado que quiserem ficar nesse regime de previdência possam ficar, mas sabendo que ele vai mudar de regime. Ele vai mudar esse regime de previdência. É algo impressionante o que está acontecendo. Além disso, o Sr. Zema está dizendo que vai aumentar o tempo de serviço da segurança pública.

Deixe-me explicar: sou filho de policial, Sr. Zema, e o senhor não entende isso bem. A primeira lembrança da minha infância é a do meu pai pegando seu revólver e indo para a rua para defender a população, em um tempo que não tinha nem iluminação pública em Belo Horizonte. Meu pai voltava, às vezes, no outro dia, porque teve de perseguir criminosos, teve de prender criminosos, teve de ir levar o criminoso até a cela. O senhor quer aumentar o tempo de o policial ficar nas ruas. Vou lhe dizer uma coisa: meu pai perdeu muitos companheiros, porque a jornada da segurança pública é ingrata. Ela mexe com o psicológico do cidadão que trabalha com segurança pública, que lida com arma e que muitas vezes tem de atirar numa pessoa. Há agentes penitenciários aqui ouvindo. Pergunte para eles o que é uma jornada em uma penitenciária de segurança máxima, em uma penitenciária lotada, superlotada. Pergunte para eles o que é prestar serviço em uma penitenciária em que há presos do PCC. O tempo todo eles têm de vigiar, para não os presos não terem celular para mandarem cometer crime fora da cadeia. O Sr. Zema quer mudar isso. Como você muda a história da polícia de Minas Gerais? Da segurança pública? Dos agentes penitenciários? Dos agentes socioeducativos? Eles vão trabalhar quanto tempo, Sr. Zema? Vão trabalhar 40 anos, 50 anos na rua? Preparem-se para os hospitais ficarem cada vez mais cheios de policiais, de agentes penitenciários com problemas psiquiátricos, psicológicos. É uma jornada exaustiva. Nos países

avançados – estive lá fora e fui estudar isso –, os policiais e os agentes penitenciários têm moradia especial. Eles moram próximo ao trabalho. Eles não são expostos. Eles têm tempo menor de carreira.

Está entrando um inexperiente e novato na disputa política que está falando aberrações, empobrecendo o debate político. Nós estamos retornando à iniciação da aprendizagem política em Minas Gerais. O inexperiente e novato veio para trazer a nós, mineiros, uma mentira muito grande, uma insegurança muito grande. Se me encontrasse com o Sr. Zema, gostaria de dizer-lhe: “Sr. Zema, faça o seguinte: cale-se um pouco. Peça a alguém que lhe explique e dê uma lida na Constituição do Estado e na Constituição Brasileira. O senhor está falando coisas impensáveis e impossíveis. Elas não acontecerão. O máximo que o senhor pode conseguir, no início de um governo seu, é um *impeachment* da Assembleia Legislativa, por o senhor ter adotado medidas inconstitucionais”. Os deputados que estarão aqui na próxima legislatura serão obrigados a jurar ali, daquele lado, defender a Constituição de Minas Gerais. Mas o senhor quer entrar rasgando a Constituição do Estado! A relação do servidor público com a população é de fé pública. O servidor público tem fé pública. O senhor tem de respeitar isso. Ele tem uma carreira determinada. A Constituição abriga os direitos não apenas dos servidores públicos, mas também da população, que é defendida pelo servidor público. É algo impressionante.

Depois o Sr. Zema também diz, entre aspas, que “cultura fica para lá”. Sr. Zema, deixe-me explicar. A cultura é a defesa da história de Minas Gerais, Sr. Zema. Quando falamos em ferrovias, estamos falando em cultura. Quando falamos das manifestações do Jequitinhonha e dos nossos cantores, como o Pedra Azul, daqueles cantores maravilhosos do Estado de Minas Gerais... A cultura tem de ser protegida e abrigada pelo poder público, Sr. Zema. O senhor conseguiu em poucos dias jogar no lixo a história de Minas Gerais. Que lamentável! E não entrarei na sua ficha. A sua ficha é outra coisa complicada. O senhor é novo. Não é mesmo? É o novo, mas tem cada coisa velha na sua vida!... É lamentável! Não entrarei nem quero entrar nisso. Mas é lamentável que, antes mesmo do término da campanha eleitoral, o senhor tenha rasgado as Constituições Federal e Estadual. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Henrique* – Boa tarde a todos, aos telespectadores da TV Assembleia e ao presidente! Naturalmente não poderia deixar de vir à tribuna desta Casa para manifestar, primeiramente, o meu agradecimento, sobretudo em toda e qualquer situação ou circunstância das nossas vidas, sejam elas boas ou não tão boas, a Deus por estar aqui e, mais uma vez, pelo terceiro mandato, por representar os mineiros, que nos escolheram para continuarmos com o nosso trabalho.

Foram às urnas 79.088 amigos e amigas e digitaram o 10.123. Quero deixar-lhes o meu muito obrigado, a minha eterna gratidão e dizer que continuaremos lutando pelos mais valorosos ideais de Minas e dos mineiros, procurando ter, com os demais deputados e o futuro governador, um ambiente de unidade, onde a gente possa recuperar a estima dos mineiros, a estima daqueles que ainda acreditam na boa política.

Quero agradecer aos amigos e às amigas da instituição da qual participo, há 30 anos, a Igreja Universal do Reino de Deus, que, mais uma vez, confiaram em mim, no meu trabalho, para estar aqui defendendo os valores também morais da família tradicional e ajudando o futuro governo a construir uma política de solução para os diversos dramas sociais que diversas famílias enfrentam, como filhos e maridos viciados, pessoas com problemas de estima, de depressão, com desejo de suicídio, o que vem aumentando a cada dia.

Quero também agradecer imensamente às diversas lideranças políticas do Estado de Minas Gerais, que também colaboraram com a minha reeleição; aos moradores das cidades de Santo Antônio do Jacinto e de Bandeira, que me fizeram majoritário; aos moradores, aos prefeitos, às lideranças e aos vereadores da cidade de Jacinto; aos amigos e às amigas da cidade de Medina e da cidade de Vista Alegre, que me fizeram majoritário; aos amigos e às amigas que passaram a me conhecer, da cidade de Itaobim, e também me deram expressiva votação; aos amigos e às amigas da cidade de Itacarambi, que me fizeram majoritário, onde tive a primeira experiência, com mais de 700 votos. Poderia citar aqui diversas cidades que manifestaram apoio e aprovação ao nosso trabalho.

Defendi aqui o fortalecimento dos municípios. Fui um dos deputados que acolheu os 53 prefeitos do Vale do Jequitinhonha, para manifestar o compromisso, a promessa de que, nesta Casa, votaríamos o projeto da securitização, e assim aconteceu, tentando minimizar os problemas que assolavam e continuam assolando os nossos municípios.

Vamos adentrar agora no pleito de 2º turno para os cargos de presidente da República e de governador do Estado de Minas Gerais. Manifesto publicamente aqui, naturalmente não poderia ser diferente, o meu apoio a Jair Messias Bolsonaro, meu candidato. É com muita honra, orgulho e vibração que manifesto o apoio à sua candidatura, assim como o fiz no primeiro turno.

No segundo turno, há duas opções para o povo mineiro: a velha e a nova política. A velha política, com a qual tiveram experiências e que apresentou resultados não satisfatórios para o momento em que o Estado vive; e a nova política tentando resgatar, pelo menos, a credibilidade da política.

Não conheço o Zema, mas pretendo conhecê-lo, conversar com ele e ouvir de perto as suas propostas. De pronto, deixo um recado para ele: não é possível governar em confronto com a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com a qual se deve estabelecer uma relação minimamente respeitosa e de cordialidade. São poderes autônomos e independentes, mas há que se ter respeito, cordialidade e um bom diálogo com esta Casa. Sem isso, não se minimizarão os problemas que Minas vem enfrentando, e poderá se agravar a situação de um Estado já tão combalido e fragilizado como o nosso.

Faço votos de que o povo mineiro vá às urnas com o senso de responsabilidade já demonstrado no primeiro turno ao derrotar uma pessoa que Lewandowski tentou fazer com que ainda tivesse espaço na política do País. O povo mineiro soube mostrar a sua competência, autoestima e inteligência e corrigiu a ação vergonhosa do Supremo, tirando Dilma Rousseff da política do nosso país. Isso aconteceu graças aos bons mineiros, aos mineiros de boa vontade e de boa-fé. Desejo sucesso a todos e reforço a minha gratidão pelos 79.088 votos que me foram dados e que serão transformados em muito trabalho e empenho nos próximos quatro anos em que estaremos trabalhando nesta Assembleia, por Minas e pelos mineiros. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Valadares* – Presidente, deputado Ulysses Gomes, meu amigo, a quem já tive o prazer de cumprimentar pessoalmente pela reeleição; deputado João Leite, demais deputadas e deputados, acho que nossa obrigação no primeiro pronunciamento após a eleição é agradecer os mais de 60 mil eleitores ou, para ser exato, os 60.687 eleitores que me confiaram mais um mandato na Assembleia Legislativa. Fico muito grato e feliz em poder dar continuação ao meu trabalho nesta Casa.

Serei breve, presidente, e é bem provável que não tome os 15 minutos a que tenho direito, mas alguns assuntos nos trazem à tribuna no dia de hoje. Em primeiro lugar, deputado João Leite, nós, do bloco de oposição Verdade e Coerência, na Assembleia Legislativa, tivemos nossa primeira vitória ao conseguir, com uma única tacada, sem levantar aqui qualquer questão ou crítica pessoal a quem quer que seja, retirar o Partido dos Trabalhadores do governo do Estado e sua candidata do Senado Federal.

Para nós, do PSDB, foi uma vitória, um momento importante, porque comprovamos aquilo que sentimos quando caminávamos pelos quatro cantos de Minas Gerais: os eleitores estavam em conformidade com o nosso discurso de oposição, com o nosso posicionamento de oposição ao governo petista, ao PT em Minas Gerais. Então, já foi uma vitória para nós, do PSDB, deputado João Leite, conseguir a confirmação daquilo que sentíamos ao andar por Minas Gerais: Minas não queria mais o PT à frente do governo nem nos representando no Senado Federal.

Agora, entramos numa nova fase, deputado João Leite. Eleição de segundo turno é uma nova eleição. Alguém, obviamente, vai sair na primeira pesquisa liderando, mas ainda há três semanas, ainda há 19 dias de campanha. É um momento interessante, é um momento em que os dois candidatos, o nosso candidato Anastasia e o candidato do Partido Novo terão a oportunidade de apresentar os seus programas e seus planos para Minas Gerais. Agora não caberá mais o discurso do corte de benefícios e de privilégios de casas legislativas, mesmo de câmaras municipais, o discurso de que não receberá salário enquanto os salários dos servidores estiverem

atrasados. Minas quer mais do que isso. Minas precisa de um debate de alto nível para discutir esses planos, deputado Ulysses Gomes. Tenho certeza de que V. Exa. concorda comigo, mesmo estando nós dois em lados opostos ao longo de muitos anos de uma luta responsável na Assembleia. Minas precisa agora de um segundo turno em que as propostas sejam apresentadas.

Quais são as propostas do Partido Novo para a saúde de Minas Gerais? Quais são as propostas do Partido Novo para a educação de Minas Gerais? Qual é a proposta do Partido Novo para os servidores públicos de Minas Gerais? Qual é a proposta do Partido Novo para a área de segurança pública de Minas Gerais? Qual é a proposta do Partido Novo para a infraestrutura, para as estradas, para as ferrovias que cortam o nosso estado? Quais são as propostas de Romeu Zema para essas áreas, deputado João Leite? É isso que queremos ouvir. Vamos querer saber como resolver o problema fiscal e econômico do Estado.

O candidato Romeu Zema já deixou clara a sua disposição, a sua vontade, a sua determinação em privatizar a Cemig. Tudo bem, é direito dele fazer essa defesa. Mas, Romeu Zema, qual é a proposta do senhor, candidato, em relação ao ICMS da energia elétrica em Minas? O senhor vai abaixá-lo? Qual é a proposta do senhor, candidato, para a Copasa? Qual é a proposta do senhor para o BDMG, que é o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, esse banco fomentador do desenvolvimento do nosso estado? É isso que queremos ouvir agora.

Os dois têm discursos que vão ao encontro dos anseios da população: o corte de gastos e o enxugamento da máquina pública. Anastasia já fez isso, enquanto governador, e tínhamos 16 secretarias. Hoje há 24 secretarias. Já mostramos as nossas propostas. Fizemos um belíssimo governo com ele. Asfaltamos o acesso a mais de 224 cidades, iniciamos a construção de nove hospitais regionais, mas as obras, no final, ficaram paralisadas porque o governo do PT não deu continuidade a elas. Quais são as propostas do candidato a governador Romeu Zema para esses hospitais regionais? Como terminar essas construções? Como dar utilização a esses hospitais?

Que companhias o senhor vai querer, senhor candidato, quando for governador de Minas? É isso que nós, mineiros, queremos ouvir. É por isso que todos estamos ansiosos. E falo isso porque tenho plena consciência de que o meu candidato tem todas essas propostas na ponta da língua. Podemos discordar ou não delas, mas é um candidato preparado, experimentado e que fez deste estado um estado referência para o mundo. Enquanto tivemos Anastasia no governo do Estado, seja como secretário de Estado, seja como governador, seja como vice-governador, Minas foi respeitada mundo afora pelo seu modelo de gestão.

O deputado Carlos Henrique subiu aqui para falar da velha política e da nova política. Não conheço velha política e nova política; conheço boa política e má política. O partido do deputado Carlos Henrique, a quem respeito muito, apoiou a gestão Pimentel, nesta Casa, ao longo de quatro anos. E apoia até hoje. Isso é a velha política? O PRB diz hoje que o PT faz parte da velha política ou da nova política? Estamos vivendo o hoje, não podemos planejar. A eleição não está definida, deputado. O futuro de Minas. Então há dois grupos hoje disputando o futuro de Minas, um da velha política e um da nova política. É isso? O governo que V. Exa. apoiou aqui era da velha ou da nova política? O governo que V. Exa. apoiou e apoia ainda. A atual é a velha ou a nova? É atual? Mas ela é velha ou é nova? V. Exa. subiu à tribuna e disse que temos agora dois candidatos, um da velha política e um da nova política. O partido de V. Exa. apoiou o atual governador. Ele pertence à nova política ou à velha política? Só há duas políticas.

Deputado Carlos Henrique, só existe isso para quem quer mexer um pouquinho na cabeça do eleitor, que está bem bagunçada numa hora desta. Mas só existem duas políticas, a boa e a má. Temos hoje 35 partidos no país, e o partido de V. Exa. tem excelentes quadros. V. Exa. é um deles. Não há absolutamente nada para falar do seu mandato, da sua história aqui dentro. V. Exa. faz parte da boa política, assim como eu me considero membro da boa política.

Temos anos de mandato aqui na Assembleia, e nem por isso me considero da velha política. Não sou da velha política, não aceito esse carimbo, e acho que V. Exa. também não deveria aceitar e não deveria embarcar nesse discurso. Tem todo o direito de escolher o candidato que quer apoiar, mas com um discurso claro, falando por que apoiar o candidato A ou por que apoiar o candidato B. Esse discurso da nova e velha... Se V. Exa. quiser, estou à disposição, mas vamos parar com esse discurso de nova e velha política,

porque isso não existe, isso nos deixa muito mal, a mim e a V. Exa. E eu não me considero da velha política mesmo, definitivamente. As minhas práticas são da boa política; as práticas de V. Exa. foram, ao longo desses últimos anos, da boa política. Por isso tivemos o nosso mandato renovado. Mas respeitarei qual for a decisão. Não sei se o senhor chegou a falar...

O deputado Carlos Henrique – (– Intervenção fora do microfone.)

O deputado Gustavo Valadares* – Ainda não. Respeitarei qual for a decisão, mas tenho um candidato que representa a boa política, que é um homem de bem, que é um homem preparado para assumir este estado no momento em que estamos, um momento de crise, um momento em que o Estado está praticamente falido. O que menos quero para Minas agora é alguém que não tem experiência de gestão pública. Gestão pública não é a mesma coisa de gestão privada. Bem que queríamos que fosse, mas as amarras não deixam que sejam iguais. São diferentes. Experiência de gestão pública é necessária ao próximo governador de Minas.

Querem discutir currículo? Vamos discutir currículo. Querem discutir história limpa? Vamos discutir história limpa. Querem discutir mãos limpas? Discutiremos as mãos limpas. Não me venham querer colocar o nosso candidato a governador como membro da velha política, das más práticas políticas, porque ele nunca pertenceu a elas. Jamais! Minas precisa de um bom gestor público neste momento em que se encontra praticamente falida. Para sua reconstrução, é preciso deixarmos de lado as paixões partidárias e pensarmos em gestão pública, em alguém que conheça a administração pública e se relacione com o servidor que está, no dia a dia, lutando e batalhando dentro das secretarias, em péssimas condições de trabalho.

Precisamos de um gestor que venha de uma escola de governo, que tenha dado gás aos gestores públicos que foram criados na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, que por pouco não acabou, porque essa era a vontade do Partido dos Trabalhadores. A previsão para o orçamento de 2019 é de R\$11.000.000.000,00 de déficit. Eram R\$8.000.000.000,00 na LDO, mas eles corrigiram e esse valor já está em R\$11.000.000.000,00 na Lei Orçamentária Anual. Vamos discuti-la agora. Ela chegou na semana passada na Assembleia, por isso muitos ainda não sabem o valor, mas são R\$11.000.000.000,00 previstos. Vamos começar a discussão agora.

Para este momento, Minas precisa de um gestor público com experiência. Não será brincadeira a situação nos próximos quatro anos, e sem aumento de impostos, porque isso não aceitamos. Esta Casa, depois de votar duas vezes aumento de impostos – com meu voto contrário, que isso fique bem claro –, não aceita isso mais. O PT quis de novo aumentar impostos no final do último ano e início deste, mas os próprios deputados da base do governo disseram: “Não, já fizemos isso duas vezes e não faremos mais”.

Então, precisamos de um gestor que saiba lidar com a arrecadação como ela está hoje. Não vai poder aumentar imposto. Precisamos de um gestor que se relacione com bancos mundiais de fomento, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o Banco Mundial, com banco japonês, com bancos alemães que tenham a coragem e a disposição de vir aqui emprestar dinheiro ao Estado para investirmos. Se você tiver um gestor público com experiência, deputado Carlos Henrique, com credibilidade, você terá isso. De 2004 ou 2005 a 2014, Minas teve as portas escancaradas de todos os bancos de fomento internacional. Houve erro na gestão? Sim, mas havia gestores ou condutores da gestão pública com credibilidade, experiência, e Minas precisa disso agora.

Portanto, faço votos de que tenhamos um segundo turno propositivo. Que os jargões da nova política, com a qual não concordo, fiquem para trás. Que agora possamos discutir saúde, educação, segurança, infraestrutura, relacionamento com os servidores públicos e tudo mais. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

DISCURSO PROFERIDO NA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/10/2018

O deputado Duarte Bechir* – Caro presidente, deputado Rogério Correia, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nossa gente querida de toda Minas Gerais, essas são as minhas primeiras palavras de agradecimento a todos aqueles e aquelas que, no último domingo, dia 7, nos delegaram a nobre missão de estar aqui, nos próximos quatro anos, trabalhando por Minas e pelos mineiros.

Tenho a consciência do dever cumprido, de ter sido, sem dúvida alguma, o deputado que participou da quase totalidade das reuniões de Plenário, o deputado que presidiu uma das comissões temáticas da Casa com muitos e muitos resultados, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, um deputado que vibra, todos os dias, quando entra na Assembleia para iniciar o seu trabalho. Se não fosse assim, se não me sentisse com essa energia e esse entusiasmo, certamente não teria colocado o meu nome, mais uma vez, à apreciação popular. Então, as minhas primeiras palavras, queridos mineiros e mineiras, é de agradecimento.

Quero expressar aqui a minha alegria, o meu contentamento quanto à minha origem, pois sou de família de gente muito simples, funcionários públicos. Para chegar à Assembleia e manter um mandato, eu, também funcionário público, oriundo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, só conseguiria isso pela qualidade do trabalho. Tenho certeza de que isso não aconteceria se não fosse assim. Então, quero agradecer a todos a oportunidade de estar, mais uma vez, entre os 77 deputados estaduais que aqui tomarão posse no dia 1º/2/2019.

Quero ainda agradecer a toda a equipe do nosso gabinete 211, liderada pelo brilhante, culto e entusiasta Dr. Jacó Soares, que organiza e coloca o nosso gabinete em condição de prestar os melhores serviços. Ao Dr. Jacó e a toda a equipe do nosso gabinete, quero registrar o meu agradecimento. Também gostaria de fazê-lo em nome da assessoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que nos acompanhou em todos os instantes. Inúmeras foram as visitas, não só em BH, mas também no Triângulo, no Sudoeste, no Sul do Estado. Foram várias visitas, e discutimos as condições das escolas especiais, das Apaes, e isso, com toda certeza, só foi possível porque a assessoria da comissão é preparada e muito qualificada.

Queria também, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, neste nosso primeiro pronunciamento, tratar de um assunto da maior relevância, de um tema que até o final de janeiro estará sob o nosso comando, que é a defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

O meu boa-tarde, a minha saudação a todos. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, no último dia 28 de setembro, foi realizado, no Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira, nesta casa, o Dia D, destinado a promover ações para a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Nesse sentido, desde 2014, o Dia D tem sido promovido anualmente pelo Ministério do Trabalho e outros parceiros, com o apoio desta Casa, por meio da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de inserir esse público no mercado de trabalho, ensejando o encontro de pessoas com deficiência e aquelas reabilitadas do INSS, interessadas em ingressar no mercado de trabalho – digo aqui, deputado João Leite –, com as empresas que precisam cumprir as cotas de inclusão desse público, nos termos da legislação.

O deputado João Leite (em aparte)* – Agora mesmo vou presidir a Comissão das Ferrovias, mas peço um aparte a V. Exa., pois não posso ficar fora deste debate, já que V. Exa. traz um tema que, creio, é caro a toda esta Casa, a todo o Parlamento Mineiro.

Minas Gerais teve um avanço com a comissão que V. Exa. preside, em defesa da pessoa com deficiência. Mas o Sr. Zema, a quem estou chamando de candidato inconstitucional, traz em seu plano de governo a proposta inconstitucional de tirar as vagas de pessoa com deficiência. O art. 37 da Constituição Federal, muito citado pelo deputado Sargento Rodrigues e que até mandei para o seu celular, diz que a administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte: VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão. Portanto, é mais uma proposta inconstitucional do Sr. Zema. De onde ele veio? Não é possível que não conheça a Constituição Federal e a Constituição de Minas Gerais e queira governar o Estado. Já lhe dei até um nome: é o candidato inconstitucional.

Parabéns por sua manifestação em defesa dessa parte da população de Minas Gerais – os portadores de deficiência – tão querida por nós. Obrigado.

O deputado Duarte Bechir* – Obrigado. Antes de V. Exa. se afastar do microfone, gostaria de trazer à lembrança algo muito oportuno. Fui vereador em Campo Belo, de 1993 a 1996, presidi a câmara municipal no biênio 93-94 e fui autor da legislação

municipal que regulamenta justamente a parte da Constituição Federal que V. Exa. cita. Por ela, ficou estabelecido em Campo Belo que 5% das vagas ofertadas em concursos públicos que o município realiza são dedicadas a pessoas com deficiência. Queria apenas trazer essa lembrança.

O deputado João Leite (em aparte)* – Parabéns.

O deputado Duarte Bechir* – Muito obrigado.

Mas eu dizia, deputado João Leite, senhoras e senhores, que, de acordo a Pesquisa Nacional de Saúde – PNS – do IBGE e do Ministério da Saúde, cerca de 6,2% da população brasileira possui pelo menos um tipo de deficiência, seja ela física, intelectual, auditiva ou visual.

Para garantir a inserção desses milhões de brasileiros no mercado de trabalho, há 27 anos foi editada a Lei Federal nº 8.213, de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de previdência da Previdência Social e estabelece cotas de reservas de vagas para as pessoas com deficiência em empresas privadas. Nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, as empresas que têm mais de cem funcionários estão obrigadas – eu disse que as empresas estão obrigadas – a preencher de 2 a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados – aqueles do INSS – ou de pessoas com deficiência, conforme propõe a referida norma.

Sabemos que impera em nossa Carta Magna o princípio da igualdade, que dispõe que todos são iguais perante a lei. Todavia, a forma de promoção dessa igualdade está ordenada: é tratar de forma igual os iguais e de forma desigual os desiguais, na medida de sua desigualdade, para que esses se igualem e possam ter a equiparação das oportunidades em todos os setores da vida. Trata-se de leis protetivas que dão cumprimento ao determinado em nossa Lei Maior, permitindo que se concretize esse princípio da igualdade, configurando mecanismos legais de promoção da inclusão dessas pessoas. Ressalte-se desse aspecto, senhoras e senhores deputados, que, em qualquer caso, a reserva legal se destina a pessoas com deficiência habilitadas ao cargo ou emprego, bem como supõe a existência de compatibilidade entre a deficiência e a função a ser exercida.

Dessa forma, sem nos esquecermos dos demais setores nos quais a inclusão social precisa ser promovida, a forma mais adequada de propiciar a cidadania é assegurar o trabalho produtivo e remunerado. Infelizmente, Sras. e Srs. Deputados – quero repetir –, infelizmente, não parece ser essa a compreensão do Sr. Romeu Zema, que disputa o segundo turno dessas eleições ao governo de Minas.

Peço licença para reproduzir as declarações infelizes do candidato Romeu Zema em entrevista concedida à Rádio Inconfidência. Antes, queria chamar a atenção das senhoras e dos senhores para a afirmação do candidato Romeu Zema. Ele diz claramente que essa lei da Constituição Federal que o deputado João Leite citou é irreal. Acreditem: ele disse que essas leis são irreais, não existem. Os senhores e as senhoras ouvirão agora o que ele disse: “É melhor, às vezes, revogá-las do que fazê-las cumprir”. Repito: “Revogá-las do que fazê-las cumprir”. Como presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, não aceito dizer que inúmeras famílias que têm seus filhos e seus jovens com alguma deficiência, alguns que se reabilitaram por meio do INSS e estão prontos para uma nova etapa da vida, são irreais. Talvez seja melhor revogar essa lei do que fazer cumprir a cota destinada às pessoas com deficiência.

Como presidente da comissão, não poderia deixar de me manifestar, mas não o faço somente em meu nome. Recebi inúmeras correspondências por meio das redes sociais, *e-mails* de entidades como a Asa-Tea e de outras que representam o segmento da pessoa com deficiência, preocupadas com o fato de isso não ser tratado aqui antes do período eleitoral e ser modificado por ele. Um deslize pode acontecer, mas um desequilíbrio, não. Ignorar a Constituição, isso não pode acontecer.

Ele diz claramente: “Talvez sejam leis irreais”. Ele diz, deputado Sargento Rodrigues: “É melhor revogá-las do que fazê-las cumprir”. E para que não fique nenhuma dúvida, peço à assessoria que aumente o som deste microfone, porque quero mostrar a todos a fala infeliz do Sr. Zema. (– Aproxima o celular do microfone.)

O tempo está acabando, e eu só pediria a V. Exa. um minuto para concluir.

Ele disse claramente: “Talvez essas leis sejam irreais. É melhor, talvez, revogá-las”.

Quero aqui fazer um apelo àqueles e àqueles que estão nos assistindo e àqueles que possam chegar ao Sr. Zema, para dizer a ele para rever os seus pensamentos, para respeitar as pessoas com deficiência. O trabalho que fazemos aqui, na defesa, não pode ser desconstruído da forma que ele propõe. Dizer que as leis são irreais, que é melhor não cumpri-las, isso seria um desastre para Minas Gerais. Seria o mesmo que terminar com os trabalhos dessa comissão e dizer que a Assembleia, daqui para a frente, não tem mais nenhuma responsabilidade com os direitos da pessoa com deficiência, porque aquele que almeja o governo de Minas propõe extinguir a legislação de proteção dos direitos da pessoa com deficiência.

Deixo aqui o meu desabafo, com a proposta de que chegue até esse mineiro, esse empresário e que digam a ele para rever o seu pensamento. Nós não vamos aceitar extinguir nenhum direito das pessoas com deficiência. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/10/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Alan Fernandes dos Reis, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tony Carlos;

exonerando Ana Lívia Delgado Sagioro, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

exonerando Cláudia Martins da Costa Almeida, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adalclever Lopes;

exonerando Henriete Maristane Pinheiro Barbosa, padrão VL-33, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bonifácio Mourão;

exonerando Júlio César Fonseca, padrão VL-27, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bonifácio Mourão;

nomeando Daniel Junio Teixeira, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Carlos Henrique;

nomeando Emerson Vilaça Ribeiro, padrão VL-44, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cláudio do Mundo Novo;

nomeando Florencio Guimarães Borges, padrão VL-42, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tony Carlos;

nomeando Francisco Alves de Carvalho Júnior, padrão VL-44, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cláudio do Mundo Novo;

nomeando Glaucia de Fátima Nogueira Matias, padrão VL-44, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cláudio do Mundo Novo;

nomeando Gracielle Auxiliadora dos Santos Colen, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cláudio do Mundo Novo;

nomeando Raquel Martins Cesar, padrão VL-55, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dilzon Melo;

nomeando Regis Augusto Souto, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adalclever Lopes;

nomeando Reinaldo Carlos dos Santos, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cláudio do Mundo Novo;

nomeando Samuel Pavel de Oliveira Ferreira, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cláudio do Mundo Novo.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde à deputada Arlete Gonçalves dos Santos Magalhães, matrícula 11.165-1, no período de 27 de fevereiro a 1º de março de 2018.

Palácio da Inconfidência, 5 de outubro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes, presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde à deputada Arlete Gonçalves Santos Magalhães, matrícula 11.165-1, no período de 1º a 15 de agosto de 2018.

Palácio da Inconfidência, 5 de outubro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes, presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 1/2018

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 91/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que a Tomada de Preços nº 1/2018, que tem como objeto a contratação de sociedade empresária especializada para elaboração de projeto de reforma da fachada do Edifício Tiradentes e serviços de consultoria, teve como licitante habilitada a BM Consultoria em Esquadrias Ltda.

Caso não haja interposição de recurso, a sessão pública para a abertura do envelope que contém a proposta técnica será realizada no dia 25/10/2018, às 9 horas, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte-MG.

Belo Horizonte, 16 de outubro de 2018.

Larissa Alves Cabral, presidente da Comissão Permanente de Licitação.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 85/2018

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 175/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 5/11/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de autoclave e fornecimento, com instalação, de consultórios odontológicos.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 16 de outubro de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATA

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI N° 4.407/2017

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 16/10/2018, na pág. 13, na assinatura, onde se lê:

“Fábio Avelar”, leia-se:

“Fábio Avelar Oliveira”.